

# Arquitectura Neomanuelina no Brasil

## a saudade da Pátria

*Regina Anacleto*

A ARQUITECTURA NEOMANUELINA, TÃO INTIMAMENTE relacionada com os descobrimentos, ao difundir-se no Brasil, quase sempre sob a responsabilidade de instituições portuguesas, assumiu-se como verdadeira extensão da que então se praticava em Portugal e representava uma ligação umbilical à mãe pátria distante.

Sem pretender abordar exaustiva e sistematicamente este estilo em terras de Santa Cruz, não me parece, contudo, descabido referir os edifícios que servem de sede a três das mais representativas associações de pendor cultural e recreativo, fundadas por imigrantes e que, fruto do seu patriotismo e de um nacionalismo, por vezes serôdio, acabaram por fazer erguer, dentro de um gosto neomanuelino, imóveis, se não riscados por arquitectos portugueses, pelo menos, ideologicamente nacionais.

A partir da primeira metade de Oitocentos, mas prolongando-se durante todo o século, assistiu-se, no Brasil, a uma lenta viragem que foi transformando as características coloniais do país numa mentalidade de estado moderno; apesar disso, durante muito tempo, lado a lado continuaram a conviver ideias iluministas e liberais, abraçadas predominantemente por legistas, médicos, filósofos e jornalistas, com um clero onde imperavam as concepções tridentinas, com um ensino teocrático e com vestígios esclavagistas.

Do outro lado do Atlântico, a importância destes imigrados, verdadeiros obreiros daquela mutação, não passava despercebida aos mentores das novas ideologias, embora seja impossível deslembrar os problemas surgidos após a independência, entre colonizadores e colonizados, com ódios, agravos e ressentimentos a perdurar; mas também não se pode esquecer que os portugueses, durante mais de trezentos anos garantiram, nem sem-

pre de forma exemplar, mas garantiram, a unidade do território, da língua, das tradições e, conseqüentemente, aquilo que posteriormente veio a desaguar na consciência de brasilidade.

O peso da numerosa colónia, formada por gente saída de Lisboa ou ida, essencialmente, do Minho, de Trás-os-Montes e das Beiras, começava a fazer-se sentir e os indivíduos encontravam-se orientados para diferentes objectivos: enquanto uns se assumiam como exilados políticos, outros, desejavam fazer fortuna rápida, através do exercício de actividades mercantis, industriais ou braçais; mas todos eles sentiam a necessidade de se juntar, a fim de mitigar as saudades da pátria, de manter e ampliar uma cultura eminentemente nacional e de socorrer os compatriotas menos protegidos.

Foi para responder a estes anseios que nasceu a ideia de fundar associações onde, se por um lado concretizaram tantas e tão admiráveis iniciativas de benemerência, por outro consubstanciaram, através de uma acção espiritual notável, o prestígio da cultura; em suma, conseguiram afirmar aquilo a que, genericamente, era hábito chamar de «virtudes lusas».

Como é óbvio, para instalar a sede destes movimentos ou assegurar os serviços pretendidos, necessitavam de imóveis que deviam responder ao fim a que se destinavam e estar de acordo com ideários que balizavam a sua maneira de ser e o seu imaginário espiritual. Uma vez que o manuelino assumiu, entre nós, valor de arquitectura nacional com todo o corolário de efeitos que uma tal postura acarretava, fácil se torna compreender a aceitação e aproveitamento deste estilo por parte dos portugueses residentes no Brasil, quando necessitaram de acomodar as associações que fundaram.

Na última metade do século XIX, morava em Salvador da Bahia um numeroso contingente de imigrantes portugueses que havia demandado terras brasileiras, a fim de melhorar a sua situação económica ou solicitar guarida política

Como acontecia um pouco por todo o «continente», como os brasileiros gostam de dizer, também aqui, na primeira capital de terras de Santa Cruz, os nossos compatriotas se agruparam e fundaram associações com carácter beneficente, cultural ou lúdico; e se, cerca de 1860, em Salvador existia já uma agremiação que contemplava o primeiro aspecto, rapidamente se desenhou no horizonte o desejo de fundar uma outra, que abarcasse a componente cultural.

Foi assim que um grupo de portugueses com «*prestígio e acendrado patriotismo*», se reuniu a 2 de Março de 1863, na sala das sessões da Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezasseis de Setembro e resolveu «*unanimemente instalar [naquela] cidade uma sociedade literária com o nome de = Gabinete Português de Leitura*».

O grande impulsionador, fundador e primeiro presidente da directoria do Gabinete, que instalou a sua sede, em 1864, num prédio situado na rua Direita do Comércio, foi o comendador Manuel Joaquim Rodrigues, que já não teve a dita de, em 1918, assistir à inauguração do imponente edifício neomanuelino.

Com o aumento das actividades, a ampliação da biblioteca e contando 504 sócios no longínquo ano de 1874, as instalações que tinham servido de sede à colectividade, passaram a ser inadequadas, apesar de haver mudado várias vezes de local e de ter mesmo adquirido um imóvel (1896) na rua chamada do Chile, onde a sede do Gabinete Português

de Leitura permaneceu durante relativamente pouco tempo, porque, entretanto, perfilaram-se na cidade obras de carácter urbano, que obrigavam à demolição do prédio social.

Havia, pois, que buscar uma solução e, como se encontrava à venda, na Praça 13 de Maio, um terreno, os responsáveis, por lhes parecer tratar-se de um local conveniente, resolveram comprá-lo, a fim de ali construir o novo edifício; mas, em 1915, as obras ainda não haviam arrancado e o imóvel acabou por só ser inaugurado a 3 de Fevereiro de 1918.

A fim de cumprir os objectivos estatutários, durante estes anos, desenrolou-se na instituição uma actividade de tipo cultural reveladora de grande dinamismo, tendo em conta, como é óbvio, a conjuntura social, demográfica e económica em que a mesma se inseria: pôs a funcionar nas suas instalações cursos de português e de gramática e, além disso, facultava a sua biblioteca, que então possuía à roda de 11.000 títulos, a todos, e muitos eram, os que a procuravam.

No começo da centúria, o acervo do Gabinete foi enriquecido com a oferta da maquete do monumento que a cidade baiana pretendia erguer a Pedro Álvares Cabral, gesso da autoria de Costa Mota, adquirido por um grupo de sócios num leilão da alfândega; o modelo, actualmente colocado no salão de leitura, foi entronizado no dia da visita oficial da canhoeira portuguesa «Pátria», a 9 de Setembro de 1905. Seja-me permitido aqui colocar uma nota de rodapé, para dizer que o projecto decalca a estátua de Afonso de Albuquerque, que se ergue em Lisboa na actual Praça do Império, saída do lápis do arquitecto Silva Pinto e do cinzel do referido escultor.

O início das solenidades que iriam marcar a inauguração do novo edifício encontrava-se marcado para as nove horas da manhã do dia

3 de Fevereiro de 1918, e o acto contou com a presença das autoridades civis e militares, dos representantes de diversas instituições e da imprensa, de quase toda a colónia portuguesa e de muitas senhoras.

Antes de abrir a sessão, monsenhor Francisco de Assis Pires, vigário da freguesia de S. Pedro, abençoou as novas instalações do Gabinete, que ostentava por lema «*saudades e perseverança*», tendo-se, logo de seguida, formado no salão nobre a mesa que devia presidir ao solene acontecimento. O jesuíta padre Luís Gonzaga Cabral e o Dr. Teodoro Sampaio, oradores expressamente convidados, «*numa luta de beleza e de pensamento*», proferiram os discursos inaugurais.

As peças oratórias saídas das penas elegantes dos dois oradores elucidam-nos acerca da mentalidade que presidiu a todo o labor desenvolvido pela colectividade, mas não quero deixar de salientar que o jesuíta, no seu elóquio, tomou por tema uma trilogia: o livro, a pátria e a fé. Ao desenvolver aquela proposição, proferiu um «*memorável discurso, profundo de ideias, largo de sentimento, a prender, por cerca de uma hora, um auditório como-vido*».

O edifício do Gabinete Português de Leitura, situado na Praça actualmente chamada da Piedade, apresenta três frentes e foi riscado entre 1912 e 1915 por Alberto Borelli, arquitecto de quem não há memória na cidade do Salvador; no entanto, sabe-se que todo o trabalho de alvenaria esteve a cargo de artistas portugueses que laboravam sob a sua orientação.

Da sua fachada cor de saibro ressalta, «*o cunho mimosamente nacional que admiram quantos a contemplam. Estilo, figuras, brasões, minúcias ornamentais, tudo aqui é — dizia o padre Luís Gonzaga — genuinamente nosso, o que os nossos olhos maravilhados se tinham*

*habitado a ver jorrar do solo nacional em esplêndidos jactos architectónicos».*

*«Desde os janelões, [...], até aos colchetes de acanto que se escalonam ao longo das nervuras envolventes; desde os grandes pilares com suas agulhas coroadas pela esfera armilar, até às cordas e bóias da portada central, tudo nos traslada em espírito para os grandes monumentos da Praia do Restelo e do voto de Aljubarrota; tudo vem mitigar-nos a saudade, implantando triunfalmente um retalho da Pátria, em plena Bahia, e consagrando, cá ao longe, a elegância do estilo nacional com a mais estética fachada desta cidade do Salvador.*

*Sobretudo porém os brasões, os bustos e as estátuas, é que melhor imprimem a nota patriótica a todo esse conjunto eminentemente português: aqueles brasões das nossas cidades, [...]; aqueles bustos do Infante de Sagres e de Vasco da Gama, que, nos medalhões superiores do corpo central, parecem ter seu merecido Capitólio [...] e finalmente aquelas esbeltas estátuas de Pedro Álvares Cabral e do cantor de Os Lusíadas, que resumem tão brilhantemente as glórias da Pátria nas ciências e nas letras».*

Interiormente, na parede do patamar da escadaria, encontram-se, a ladear um vitral alusivo à primeira missa celebrada no Brasil e

Gabinete Português de Leitura de São Salvador, Bahia.



de feitura francesa, duas alegorias, pintadas por Carlos De Servi, que mão caridosa repintou, de forma que se pode considerar, no mínimo, trágica. Uma representa «O Adamastor» e a outra «Camões salvando *Os Lusíadas*»; sob as pinturas, em cartelas, encontram-se versos camonianos adequados.

O novo edifício do Gabinete Português de Leitura de Salvador exprimia, serodidamente, a vitória dos ideais simbólicos e evocativos das glórias nacionais, ao mesmo tempo que apelava para que o móbil principal da instituição, isto é, a difusão da cultura portuguesa, constituísse, através do conhecimento profundo do passado, uma sugestiva lição para o então presente, passível de se projectar no futuro.

### Real Centro Português de Santos

Os primeiros portugueses a demandar terras brasileiras levavam consigo um patriotismo inquebrantável, quiçá mal compreendido, e, por vezes, paixões políticas inflamadas que acabavam por funcionar como impeditivas da sua união. Apenas nos momentos de grande vibração patriótica esqueciam *«partidarismos e cores de bandeira, para só gritar um nome bendito [...] e que tem condões de milagre: — Portugal»*.

Nas diversas associações que a colónia portuguesa fundou em terras de além-mar, encontram-se, lado a lado, agrupamentos políticos e colectividades com fins culturais, assistenciais ou escolares, que acabam por, de uma forma ou de outra, funcionar como elos de des-união.

Alguns membros mais activos da comunidade de Santos, nos finais do século XIX, fundaram o Centro Português, associação que se ligava ao tradicionalismo luso e agrupava todos quantos tivessem nascido em Portugal e residissem naquela cidade.

A instituição destinava-se a manter entre os seus associados a maior solidariedade; a concorrer em benefício de todos, em quaisquer emergências, desde que ao *Centro* fosse lícito levar-lhes apoio; a auxiliar pecuniariamente todos os portugueses que se encontrassem doentes e carecessem de ajuda; a criar aulas de instrução primária e secundária, sobretudo para os filhos dos sócios; a promover e realizar conferências; a criar uma biblioteca; a promover a comemoração de festas nacionais; e a facultar benefícios às viúvas e aos filhos menores de sócios falecidos.

Visando a fundação do Centro, realizou-se um primeiro encontro a 3 de Novembro de 1895, logo seguido, a 10 do mesmo mês, de outro que se destinava a discutir os estatutos, redigidos sob a forma de proposta, pelo Dr. Manuel Homem de Bittencourt, português dos Açores, cirurgião dentista a exercer a sua profissão na Sociedade Portuguesa de Beneficência e se assumiu, na cidade, como figura de relevo.

Na sequência das reuniões preparatórias, realizou-se no teatro Guarany, a 1 de Dezembro desse ano, uma assembleia, em que, para além do vice-cônsul de Portugal, das autoridades locais e de numerosos convidados, esteve presente um grande número de sócios. A reunião destinava-se a testemunhar a cerimónia da fundação do Centro Português e a comemorar a gloriosa data do aniversário da Restauração de Portugal.

Constituída a mesa, que integrava a Directoria, depois de Alberto Veiga ter proferido um brilhante e exaltado discurso patriótico alusivo à efeméride, o Dr. Manuel Homem de Bittencourt, a funcionar como agente catalisador do Centro, bradou: *«Longe da Pátria querida, num exílio voluntário [...] punge-nos a todos nós a saudade cruel da Terra sagrada que nos foi berço comum, cuja santa imagem nos*

*acompanha e persegue — como um arcanjo de asas pandas — a proteger-nos com o seu carinhoso olhar; cheio desse amor e dessa solicitude, de que só as mães extremosas possuem o mágico segredo. [...] Aos votos de amor filial, que de longe lhe enviamos, nos paroxismos dessa saudade e dessa nostalgia, correspondenos a idolatrada Mãe-Pátria com as bênçãos maternais que nos envia, e dessas bênçãos fecundantes é que emerge o sentimento de fraternidade que nos une, a todos nós portugueses, como dilectos filhos das mesmas entranhas queridas. É d'ahi que decorre este princípio de coesão — que nos liga, a todos, para, pelo mútuo esforço da vontade e da dedicação a mais acrisolada, erguer nas remotas paragens, a que nos conduziu o Destino, este e outros grêmios em os quais palpita o coração da Mãe-Pátria e revive a alma da nossa grande nacionalidade».*

A primeira sede social acomodou-se na Praça da República, mas, logo de seguida, em 1897, compraram um terreno na rua Amador Bueno, onde, em Maio do ano seguinte, foi assente a pedra fundamental. Nessa altura, a directoria, além de ter impresso algum cunho ou auto, realizou a cerimónia acompanhada pelos sons estrídulos de uma qualquer fanfara, por luminárias a preceito e por um, possivelmente, bem patriótico discurso alusivo ao acto e ao Centenário da Índia, no qual a cerimónia se integrava.

Nem é fruto do acaso e nem deixa de ser despidendo notar que, enquanto o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro integrou as festas do lançamento da primeira pedra do seu novo edifício nas comemorações camonianas, os portugueses de Santos, procedendo de modo semelhante, vão ligar o seu edifício ao centenário comemorativo da descoberta do caminho marítimo para a Índia, promovido pela Sociedade de Geogra-

fia de Lisboa, a quem, na altura, endereçaram um telegrama que rezava assim: «*Real Centro Português festeja o Centenário da Índia fundando um edifício*».

A associação, que se viria a assumir, em Santos, como um reduto monárquico, só deixou de ostentar a sua prerrogativa de Real, que lhe havia sido outorgado por D. Carlos a 21 de Janeiro de 1897, no ano de 1946, depois de arredados alguns escolhos e resolvida uma situação assaz delicada.

Dada a ideologia que envolveu a fundação desta agremiação santista, não admira, pois, que a escolha do estilo a utilizar no edifício, fosse «*evocador da era das nossas grandes conquistas*» e, além disso, debuxado em Portugal pelos engenheiros João Esteves Ribeiro da Silva e Ernesto Carlos Aberto da Maia, os mesmos que haviam projectado, numa gramática completamente diferente, o prédio da Sociedade Portuguesa de Beneficência daquela cidade.

Na pedra lavrada do exterior do imóvel são bem visíveis os motivos manuelinos que sobressaem nas janelas e portais, bem como na cimalha, onde o rendilhado surge de uma forma mais requintada.

Analisando-o interiormente, não se pode deixar de ter em conta o salão nobre, imponente pela área que ocupa, pela decoração que ostenta e pelo mobiliário que o integra. Embora muito deteriorado, a verdade é que se trata de uma sala com carácter. O programa escolhido para a decoração passa pela temática camonianiana, que está perfeitamente de acordo com o ideário que norteou a feitura deste e de outros imóveis do mesmo teor e se insere no espírito romântico, a fazer-se ainda sentir em 1900, por razões óbvias, no Brasil, em geral, e em Santos de forma particular.

No tecto, em «caixotões» redondos ou rectangulares, encontram-se, exibindo, é certo,

uma qualidade mais do que duvidosa, pinturas com cenas de *Os Lusíadas*. Serviram de modelo ao artista espanhol A. Fernandez, que as assina e as data de 1909, as gravuras da monumental edição do poema camoniano editado em Paris pela casa Firmin Didot no ano de 1817, sob a direcção artística de Gérard e custeada pelo mecenatismo do Morgado de Mateus. O cotejamento das duas produções artísticas não deixa qualquer margem para a dúvida.

Nas paredes do salão, para além de alguns óleos que retratam personalidades ligadas ao Centro, existem também telas de carácter historicista.

O Real Centro Português de Santos, que tem por lema «*entre gente remota edificaram novo reino que tanto sublimaram*», veio, por volta de 1946, já eivado de outra mentalidade, a afastar-se dos objectivos iniciais e o edifício passou a servir apenas como local de reunião da colónia lusa, finalidade para que, segundo alguns associados, se encontrava vocacionado, dado que as suas linhas arquitectónicas e toda a sua decoração falavam da Pátria distante e estremeçada e porque havia sido feito para ser português e para que lá recebessem, com o maior carinho, os seus irmãos brasileiros, dando a ilusão de que os estavam agasalhando na sua casa, como o fariam, de mil amores, em Portugal.

### Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro vivia, nos anos trinta do século XIX, uma ainda não muito numerosa colónia de portugueses, que, maioritariamente, apresentava centros de interesse comuns; por isso, poucos anos após a independência, esses elementos vieram a fundar um centro associativo capaz de lhes possibilitar «*isolarem-se na doce recordação das coisas*



da pátria e na ilustração do espírito, pela leitura são dos bons autores e dos periódicos da época».

Real Centro Português de Santos.

Do grupo, pelo papel relevante que desempenhou dentro da associação, não pode dei-



Real Centro Português de Santos. Pormenor.

xar de se destacar o Dr. José Marcelino da Rocha Cabral, verdadeiro mentor espiritual da colectividade e Francisco Eduardo Alves Viana, responsável pela redacção dos primeiros estatutos.

Rocha Cabral, devido às *«ideias adeantadas de progresso que abertamente professava»*, viu-se na necessidade de deixar o Reino e acabou por, em 1828, aportar ao Rio, onde já encontrou outros colegas a exercer a advocacia; tratava-se de um homem culto e brilhante, que aliava às capacidades jornalísticas as de eloquente legista. Alves Viana, por seu turno, havia nascido na Ilha da Madeira e era comerciante.

A cidade do Rio de Janeiro assumiu-se, na fundação de associações de tipo cultural, como pioneira, pois logo a 14 de Maio de 1837, na casa do advogado português Dr. António José Coelho Louzada se reuniram quarenta e três imigrados, a fim de assinar a certidão de nascimento do Gabinete Português de Leitura.

Seria interessante conhecer o ambiente carioca em que se movimentava aquele grupo de portugueses, *«varões prestantes»*, *«homens robustos pela fé e pela abnegação»*, sempre *«movidos pelo amor do nome nacional»*, onde pontificava o Dr. José Marcelino, mas tal, neste contexto, torna-se impraticável.

Reunido o cenáculo, presidido pelo dono da casa e pelo então encarregado de negócios de Portugal, fundaram, naquela primeira reunião de portugueses residentes no Império, não apenas o Gabinete Português de Leitura, mas muito mais do que isso, pois insuflaram vida à colónia portuguesa do Rio de Janeiro.

A directoria, ali eleita, desde logo corroborou a principal finalidade da agremiação e, unindo a consciência do saber a um sentimento patriótico, durante o seu mandato, organizou catálogos que servissem para a encomenda de livros, adquiriu manuscritos raros, obteve obras de autores portugueses, assinou três periódicos de Lisboa, dois do Porto, dois de Londres, dois de França e um de Buenos Aires, *«todos, dos que costumam trazer mais amplas e verídicas notícias comerciais, e*

*políticas*». Subscreeveu ainda todos os jornais brasileiros que então se publicavam.

Com estas aquisições que se prolongaram, com uma maior ou menor intensidade, ao longo de mais de século e meio de existência, a que se somaram legados e doações, particulares ou estatais, o Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro conseguiu formar a sua, ainda hoje, portentosa livraria; o acervo da biblioteca, em 1860, contava já com cerca de 33.000 volumes e, vinte anos depois, rondava os cinquenta mil exemplares. Neste contexto, não admira, pois que, em 1880, fosse considerada a mais importante biblioteca do Brasil, depois da Pública do Rio da Janeiro.

O Gabinete Português de Leitura teve a sua primeira sede no sobrado do número 83 da rua de S. Pedro, embora, em 1842, se transferisse para a rua da Quitanda, onde ocupou um «*belo prédio de três pavimentos, de fachada azulejada e beiral de telhas de canal esmaltadas em Alcobaça*»; no entanto, o espaço necessário para guardar os numerosos livros que possuía tornou-se exíguo e, em 1850, a directoria viu-se obrigada a procurar novo abrigo, desta feita, na então «periférica» rua dos Beneditinos.

Como a biblioteca não parasse de aumentar, este edifício acabou por deixar de caucionar as exigências da associação, impelindo as directorias, pelo menos a partir de 1861, a pensar na construção de uma casa própria que respondesse, com comodidade e eficácia, às carências e objectivos da instituição.

Foi também, e paradoxalmente, mais ou menos por esta altura que a colectividade passou por uma crise que quase se pode denominar de crescimento, porque, entre os mais velhos (os fundadores do Gabinete) e uma geração de imigrados jovens, chegados ao Brasil a partir de 1842, veio a travar-se, em sucessivas assembleias, uma luta cerrada,

dado que os segundos, gente ligada às novas correntes estético-literárias (entre os quais se contava Joaquim da Costa Ramalho Ortigão) pretendiam a reforma das colecções da biblioteca e um amplo alargamento do círculo de influências.

Mas todos estavam de acordo que «*a necessidade mais urgente do Gabinete Português de Leitura [era] uma casa própria para a sua biblioteca, com as vastas proporções que requer[ia] a sua avultadíssima livraria*»; seria «*um edifício que atestar[ia] no futuro o patriotismo e a dedicação dos actuais accionistas do Gabinete*».

A transferência do Centro para a rua dos Beneditinos não fora favorável e, em 1871, a directoria comprou o prédio onde funcionava o Hotel São Pedro, na rua da Lampadosa, actual Luís de Camões, bem perto da do Ouvidor e a dois passos da Quitanda. Era ali, «*no bairro das artes e dos estudos*» que se ia erguer «*mais este templo da ciência*».

O espaço destinado a acomodar os livros apresentava-se cada vez mais limitado, ao ponto de o relator do parecer de contas de 1872 afirmar: «*O Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, terá um edifício digno de acolher os seus livros, os tantos milhares de bons amigos que aqui nos rodeiam n'este acanhado tabernáculo, em cujos altares não cabe nem mais um ídolo. Erija-se pois o templo, ou, mais parecidamente, construa-se o arsenal das armas da inteligência, onde o espírito venha revestir-se de aptidão e força para as grandes conquistas do progresso*».

Neste mesmo ano os responsáveis receberam, graças aos bons ofícios do comendador Miguel Couto dos Santos e do vice-director João Maria de Miranda Leone, dois projectos que se destinavam à casa da sua livraria; o primeiro, «*no gosto da renascença italiana*», saíra da pena do arquitecto Pedro Bosisio e o

Fachada do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

REAL GABINETE  
PORTUGUEZ DE LEITURA



segundo, traçado por Rafael da Silva Castro, «adoptava no seu desenho a arquitectura manuelina, que no edifício dos Jeronymos em Belém, consubstanciou o que Camões fez na poesia épica, e frei Luís de Souza na prosa descritiva». O arquitecto lisboeta, numa carta-memória descritiva, escrita na capital a 19 de Julho de 1872, referia que, conforme lhe haviam recomendado, utilizara naquela fachada, assim como em todo o edifício o estilo manuelino, seguindo com especialidade a arquitectura da igreja dos Jerónimos.

Aliás o posicionamento de Castro, assumindo uma atitude tipicamente romântica, capaz de criar ambientes significativos, carregados de sugestões culturais e emotivas, resultava do desejo de uma certa elite local, como se encontra bem patente nas decisões que os elementos mais empenhados do Gabinete, pertencentes, na sua maior parte, a um destacado estrato económico e social, acabavam por tomar.

Aproximava-se, entretanto, o tricentenário da morte de Camões e, face à comunhão dos sócios mais representativos com as conotações patrióticas que envolviam este acontecimento, a instituição não pretendia, nem desejava, manter-se alheia à efeméride, tendo já a directoria, no seu relatório de 1878, aventado a hipótese de aderir às comemorações. Ideia bem acolhida e frutífera, pois o Gabinete, desejando ligar-se ao nome do poeta através de um laço perpétuo, escolheu um vínculo de pedra, dando simbolicamente início, nesse dia, à construção da sua nova sede.

Além disso publicou uma edição especial de *Os Lusíadas*, que recebeu letra de forma na casa lisboeta de Castro Irmão, promoveu iluminações, regatas, uma marcha *flambeaux*, uma récita no Imperial Teatro D. Pedro II (Joaquim Nabuco foi o orador oficial) e outras manifestações.

A fim de se tornar «uma lembrança duradoura da augusta solenidade do centenário de Camões, data memorável que fulgurará perpetuamente nos anais da humanidade» e de eternizar a data do «assentamento da pedra fundamental do novo edifício», facto que se transformou no acto mais relevante das comemorações camonianas levadas a cabo pelo Gabinete, foi ainda cunhado um numisma.

Quando se consumou a decisão de integrar o lançamento da pedra fundamental da biblioteca no âmbito daquela efeméride, foi afastado o projecto de Rafael da Silva Castro e, o «plano do edifício, cuja fachada principal ser[ia] modelada no estilo manuelino», era o que tinha sido encomendado ao «profecto e distinto arquitecto o Sr. comendador Bethencourt da Silva» o que significava a certeza antecipada de se tratar de uma «obra de mérito»; apesar disso, era ponto assente que «a fachada manuelina vir[ia] completa de Lisboa, e que no plano da obra entra[ria] considerável material de ferro».

Através de tudo o que então se escreveu acerca do assunto e daquilo que se consegue enxergar nas entrelinhas, visiona-se claramente o desejo da directoria de fazer construir um imóvel que se integrasse num programa «moderno», capaz de apresentar, entre as pedras «historicistas» e o ferro «industrial», uma interligação perfeita.

Entretanto e sem que se consigam vislumbrar com clareza todos os meandros, a verdade é que foram recebidos no Rio, em finais de Setembro de 1879, algumas plantas, cortes e alçados vindos de Nova Iorque.

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva — arquitecto que fora discípulo de Grandejean de Montigny, completara os seus estudos na cidade dos papas e exercia a sua profissão no Rio de Janeiro — em resposta à encomenda de 1878 entregou no Gabinete uma fachada a

Interior do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.



inserir-se dentro de um gosto historicista, que, contudo, não ultrapassava uma certa ambiguidade neogótica; embora tenha sido considerado «*um belo plano de forma elegantíssima, apreciado e elogiado por quantos o têm visto*», acabou por ser, numa reviravolta inexplicável à luz dos documentos, preterido por o

«*do edifício no estilo manuelino, traçado em Lisboa pelo arquitecto o sr. Rafael da Silva e Castro*», funcionário agregado ao ministério das Obras Públicas, sempre a conviver paredes meias com o estilo afecto aos Descobrimentos, até porque colaborava nas obras do mosteiro dos Jerónimos.

Os responsáveis pelo Gabinete, ao optar, em 80, pelo projecto de Silva e Castro, talvez tivessem em mente a proposta enviada pelo arquitecto lisboeta no ano de 1872, mas como, posteriormente, vieram a adquirir, na rua da Lampadosa, mais dois prédios contíguos, encarregaram o alarife de riscar novo alçado, dado que a fachada se alongara quase para o dobro; é esta versão, «*um muito aplaudido desenho da fachada*», que entretanto, *O Occidente*, excelente revista ilustrada de Lisboa, publica.

Ultrapassando todo este imbróglia, a verdade é que, integrando as festas camonianas, no dia 10 de Junho de 1880, foi lançada, pelo Imperador, a pedra fundamental do edificio. O acto contou com a presença das autoridades mais representativas da cidade, de muitos convidados e teve o «*concurso de muito povo*». No pavilhão, previamente erguido para esse fim, leu-se o «*auto do assentamento da pedra fundamental do edificio para a biblioteca do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*», que foi assinado por Sua Majestade e por grande número dos presentes.

Os trabalhos não se iniciaram logo de seguida, embora «*a inauguração da nova biblioteca est[ivesse] fixada para 10 de Junho de 1884*», tempo bastante curto se se tiver em conta que a pedra da fachada seria trabalhada em Lisboa e o ferro importado da Europa. Para ver a obra efectivamente arrançar houve que esperar por Março de 1881, depois de terem sido estipuladas as condições que permitiram ao arquitecto Frederico José Branco passar a ser, por delegação da directoria, o administrador geral da construção.

Em Novembro de 81, o visconde do Rio Vez, então já em Lisboa, como representante do Gabinete, contratou com Germano José de Sales, por onze contos de réis, o fornecimento da cantaria para a fachada e com o escultor

Simões de Almeida a feitura das estátuas destinadas a ornamentá-la. Dentro de um programa consentâneo com o ideário que norteou a construção do edificio, deviam ser representados o infante D. Henrique, Luís de Camões, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. O artista encarregou-se ainda de esculturar, para a fachada, quatro medalhões que representassem Fernão Lopes, Gil Vicente, Alexandre Herculano e Garrett. Os dois últimos encontram-se insculpidos no portal da entrada, como se fossem os «*guardiões eternos daquele templo do saber humano*».

O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, a que D. Carlos, por decreto de 12 de Setembro de 1906, se dignou conceder o título de Real, em 1884 já apresentava, exteriormente, o seu edificio concluído e coberto. Neste «*templo da cultura*», a estrutura superior do salão destinado à livraria, primitivamente pensada em madeira, acabou por ser, sob parecer de Frederico Branco, substituída por uma outra de vidro e ferro; com efeito, ao apresentar esta proposta, o arquitecto demonstrou estar na posse de conhecimentos tecnológicos modernos, difundidos sobretudo no período romântico.

É por demais significativo constatar que o entusiasmo e emoção, despertados pelo edificio do Gabinete Português de Leitura, não decorreram do facto de aquele ser, com grande margem de certeza, a primeira obra de estrutura metálica construída no Rio, mas giraram em torno do «*belo estilo manuelino*», patenteado pela sua arquitectura, e da mensagem ideológica que continha.

As atenções, depois de 1884, voltaram-se para o interior do prédio, fazendo prosseguir os acabamentos e, simultaneamente, erguer as colunas, os varandins e as estantes destinadas a albergar o extraordinário espólio

literário, que havia sido acumulado ao longo dos anos.

Não tendo sido possível que a inauguração da nova casa se realizasse a 10 de Junho de 1884, como estava previsto, fixou-se «*o prazo final da construção [...] no futuro ano de 1886*»; meta incumprida, porque, nesse Janeiro, ainda se apreciavam as propostas para a adjudicação da pintura interna e para a obra de ferro e de bronze da escada, dos caixilhos e do gradil.

Em 1885, já se «*achavam colocadas no edifício*» as figuras da frontaria, saídas do cinzel de Simões de Almeida, e parece que o efeito produzido era agradável, até porque se tratava de estátuas heróicas, onde sobressaía «*o porte elevado [das figuras], a fisionomia grave e severa, a atitude pousada e nobre*» e porque se encontravam esculpidas com enorme correcção e tinham «*toda a nobreza e severidade que a arte aconselha na grande estatuária que é a grande idealização dos heróis que a história registra nas suas paginas gloriosas, e que as gerações vão elevando em pedestais de ouro*».

Mas se a estatuária se inseria num programa historicista que exprimia a maneira de pensar e de actuar dos encomendantes e de alguns dos seus contemporâneos, sobretudo dos mais ilustrados, outro tanto decorre no que toca à pintura e à decoração dos interiores, bem como às obras de arte que enfeitam o imóvel.

Ainda antes da inauguração, quando em 10 de Setembro de 1887 se festejou o quinquagésimo aniversário da fundação do Gabinete, «*a Livraria [já] se achava colocada nas galerias da grande sala da biblioteca*» e as festividades puderam desenrolar-se nas novas instalações sitas na antiga rua da Lampadosa, embora as obras só tivessem terminado em Setembro do ano seguinte e a inauguração oficial tivesse

efectivamente acontecido a 22 de Dezembro de 1888.

O edifício do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, que os portugueses radicados no Rio de Janeiro ali deixaram como padrão da sua nacionalidade e como sucessão histórica do seu valor e da sua energia, por expresso desejo dos seus impulsionadores, e dentro de um espírito romântico em que o historicismo e o patriotismo se apresentavam de mãos dadas, insere-se nos cânones neomanuelinos e filiou-se, como ficou bem patente, nos Jerónimos, esse «*arco de triunfo por onde Portugal, senhor dos mares, entrou na História da Civilização!...*».

Ao longo dos séculos constata-se que a pedra sempre foi o material preferido pelos portugueses para erguer as suas obras de arte, e a magia e o significado das pedras, bem como o sentido patriótico que o edifício fluminense assumia, foram exaltados no eloquente e longo discurso que Joaquim Nabuco, homem relacionado com as letras brasileiras, tribunicio proeminente e paladino da abolição da escravatura, proferiu na sessão inaugural.

O Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro começou por ser uma instituição fundada por portugueses poucos anos depois da independência e, ao longo dos tempos, acabou por granjear prestígio, somar triunfos e depositar no templo manuelino, padrão memorável dos descobrimentos e navegações nacionais, o atestado vivo da alma poética e do valor moral da geração que logrou deixar, em terra estranha, um monumento tão representativo do seu passado histórico e do amor à literatura pátria.

● presente trabalho, embora contendo alguns elementos novos, sintetiza, grosso modo, o Capítulo IV, «A emigração do neomanuelino para terras brasileiras», do meu trabalho *Arquitectura neomedieval portuguesa. 1780-1924*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1997.